

PERSPECTIVA DO GÊNERO NA PRODUÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO MORAL (1982-2019)¹

Matheus Estevão Ferreira da Silva^{2 3}, Orcid <https://orcid.org/0000-0002-2059-6361>
Leonardo Lemos de Souza^{4 5}, Orcid <https://orcid.org/0000-0002-3331-1847>

RESUMO. Abordam-se resultados de uma pesquisa concluída que mapeou, em periódicos de língua inglesa, a produção internacional de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral, no período de 1982 a 2019, que tem gênero como tema. Esse mapeamento levantou 52 artigos que relacionam gênero e desenvolvimento moral como tema de pesquisa, os quais foram analisados buscando-se identificar a presença e o tipo de perspectiva epistêmica feminista sobre o gênero. Como percurso metodológico, utilizou-se da técnica de meta-pesquisa para analisar o conteúdo dos materiais anteriormente mapeados pela técnica de estado da arte. A análise, baseada na classificação de Sandra Harding sobre os diferentes posicionamentos epistêmicos feministas, desvelou que a produção investigada não progrediu em relação às epistêmicos pós-modernas, que aparentam inexistência entre as pesquisas do campo, o qual ainda é dominado pelas epistêmicos feministas empiricista e de *standpoint*, embora a investigação partindo delas não tenha sido tão continuada desde a década de 1990. Inferiu-se, também, que sua descontinuidade se deve ao debate Kohlberg-Gilligan, sobre as diferenças de gênero no desenvolvimento moral, permanece inconcluso, o que alude à insuficiência, e a percepção dela, de perspectivas feministas como a de *standpoint* de Gilligan. A Psicologia do Desenvolvimento Moral parece resistir a revisões epistêmicas que rompam com suas origens epistemológicas, como ressaltam algumas autoras e como o artigo traz em dados que atestam essa inferência.

Palavras-chave: Psicologia do desenvolvimento moral; gênero; epistêmicos feministas.

FEMINIST PERSPECTIVE OF GENDER IN THE PRODUCTION IN PSYCHOLOGY OF MORAL DEVELOPMENT (1982-2019)

ABSTRACT. This study addresses the results of a study that examined the international research output in the Psychology of Moral Development with a focus on gender in English-language journals from 1982 to 2019. This review identified 52 articles that relate gender and moral development as research topics. These articles were analyzed to identify the presence and type of feminist epistemic perspective on gender. The study employed meta-research to analyze the content of the previously mapped materials using a state-of-the-art approach. Based on Sandra Harding's classification of different feminist epistemic positions, the analysis revealed that research in this field has not progressed with regard to postmodern epistemic positions. These positions appear to be nonexistent in the field, which is still dominated by empiricist feminist episteme and the standpoint feminist episteme.

¹ Editor de seção: Lucas Martins Soldera

² Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus de Marília, Marília-SP, Brasil.

³ E-mail: matheus.estevao2@hotmail.com

⁴ Instituto de Biociências, Humanidades e Ciências Exatas (Ibilce), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus São José do Rio Preto, São José do Rio Preto-SP, Brasil.

⁵ E-mail: leonardo.lemos@unesp.br



However, research based on these positions has not been continuous since the 1990s. The discontinuity was inferred to be due to the inconclusive Kohlberg-Gilligan debate on gender differences in moral development, which alludes to the insufficiency and the perception thereof of feminist perspectives, such as Gilligan's standpoint. The Psychology of Moral Development appears to resist epistemic revisions, as some authors emphasize, and the article presents data attesting to this.

Keywords: Psychology of moral development; gender; feminist epistemologies.

PERSPECTIVA FEMINISTA DE GÊNERO EN LA PRODUCCIÓN EN PSICOLOGÍA DEL DESARROLLO MORAL (1982-2019)

RESUMEN. Se discuten los resultados de una investigación completa que mapeó, en revistas en idioma inglés, la producción de investigación internacional en Psicología del Desarrollo Moral, de 1982 a 2019, que tiene el género como tema. Este mapeo planteó 52 artículos que relacionan género y desarrollo moral como tema de investigación, los cuales fueron analizados en un intento por identificar la presencia y tipo de perspectiva epistémica feminista sobre género. Como abordaje metodológico, se utilizó la técnica de metainvestigación para analizar el contenido de materiales previamente mapeados por la técnica de última generación. El análisis, basado en la clasificación de Sandra Harding de las diferentes posiciones epistémicas feministas, reveló que la producción investigada no ha progresado en relación a las epistémicas posmodernas, que parecen no existir entre las investigaciones en el campo, que aún está dominado por epistémicas empiristas y feministas. Desde el punto de vista, aunque la investigación basada en ellos no ha sido tan continuada desde la década de 1990. alude a la insuficiencia, y percepción de la misma, de perspectivas feministas como la de Gilligan. La Psicología del Desarrollo Moral parece resistir las revisiones epistémicas que rompen con sus orígenes epistemológicos, como destacan algunos autores y como el artículo aporta datos que dan fe de esta inferencia.

Palabras clave: Psicología del desarrollo moral; género; epistémicas feministas.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa concluída, desenvolvida entre os anos de 2019 e 2020, que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)⁶. Parte de um programa de investigação maior, que tem como objetivo mapear o modo como os epistêmicos feministas, enquanto crítica do conhecimento, interrogaram a pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento. Assim, a pesquisa da qual este artigo é resultante erige desse atual programa de reconhecimento, organização e inteligibilidade da produção da Psicologia do Desenvolvimento no que se refere a questões feministas emergentes, particularmente no tocante à temática de gênero.

A Psicologia do Desenvolvimento é tradicionalmente compreendida como uma ramificação da Psicologia que tem como objeto de estudo a aquisição de capacidades, mudanças e transformações psicológicas ocorridas ao longo da vida, porém, por dispor de um objeto tão amplo, torna-se “[...] uma divisão extremamente arbitrária da Psicologia, pois toda a Psicologia diz respeito à compreensão de processos de mudança de

⁶ A pesquisa teve como título *O gênero na produção de pesquisa em psicologia do desenvolvimento moral: mapeamento e análise em periódicos internacionais de língua inglesa (1982-2018)*, com vigência de 01/08/2019 a 29/02/2020 e vinculando-se à FAPESP pelo processo de nº 2019/08942-1. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/187806/o-genero-na-producao-de-pesquisa-em-psicologia-do-desenvolvimento-moral-mapeamento-e-analise-em-per/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

comportamentos” (Biaggio, 2007, p. 22), sendo difícil sua delimitação em relação às demais ramificações do estudo dos fenômenos e processos psicológicos. Assim, a Psicologia do Desenvolvimento engloba outras ramificações da Psicologia, isto é, relaciona-se com outros campos de estudos, dentre os quais destaca-se a ‘Psicologia moral’.

Segundo La Taille (2007, p. 11-12), a Psicologia Moral é um campo “[...] em que se estudam os processos psíquicos por meio dos quais se legitimam regras, princípios e valores morais, entendendo-se por moral aquilo que é da ordem do dever”. Dada a ambiguidade de se delimitar a abrangência dos campos da Psicologia, algumas das teorias trabalhadas na Psicologia Moral também são compartilhadas pela Psicologia do Desenvolvimento. Assim, a nomenclatura ‘Psicologia do desenvolvimento moral’ é adotada neste artigo para denominar esse campo bipartido que as teorias aqui pertinentes ambientam, sendo elas as teorias morais do epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) e do psicólogo estadunidense Lawrence Kohlberg (1927-1987).

É Piaget (1994, p. 23) quem inaugura a abordagem cognitivo-evolutiva no estudo psicológico da moralidade, com a publicação do livro *O juízo moral na criança*, de 1932, ao investigar o juízo moral com crianças em busca de sua gênese e desenvolvimento: “[...] toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Piaget (1994) identificou duas tendências morais distintas vivenciadas pelas pessoas: a ‘heteronomia’, em que seus juízos são intermediados por fatores externos, sucedida pela ‘autonomia’, em que, com o desenvolvimento cognitivo e das relações interpessoais, constrói-se o respeito às regras baseado na reciprocidade e respeito mútuo.

Sendo a teoria moral piagetiana considerada um projeto seminal, mas inacabado (Freitas, 2003), décadas depois, Kohlberg (2017) deu continuidade aos estudos de Piaget no campo da moralidade, “[...] e, vale destacar, que foi por meio dos trabalhos de Kohlberg que o campo da Psicologia Moral consolidou-se” (Franzi & Araújo, 2013, p. 55), assim como tornou a abordagem cognitivo-evolutiva a mais influente no estudo psicológico da moralidade. Para Kohlberg (2017), o desenvolvimento da moralidade é mais longo e complexo do que o traçado por Piaget (1994), apresentando-se, da mesma forma que os estágios cognitivos piagetianos, em estágios hierárquicos e progressivos, percorrendo ‘três níveis’ e ‘seis estágios’, sendo dois estágios respectivos a cada nível. Como nas tendências em Piaget, esses estágios vão de uma perspectiva individualista para uma de reciprocidade e respeito mútuo, caracterizando-se por uma estrutura racional de justiça.

Essas teorias, no entanto, foram alvo de diversas críticas e, dentre elas, a de viés de gênero, que acabou por envolver críticas feministas (Gilligan, 1982; Miller & Scholnick, 2000; Montenegro, 2003; Nogueira, 2017; Burman, 2019).

Para atender aos critérios daquela época que a legitimariam como uma Ciência moderna, a Psicologia fundamentou-se, desde o final do século XIX, em referenciais e metodologias positivistas e experimentalistas, importados das Ciências Biológicas (Nogueira, 2001, 2012, 2017; Saavedra & Nogueira, 2006; Prehn & Hüning, 2005; Souza, 2017). No entanto, a partir da pesquisa sobre as diferenças entre homens e mulheres, com base nas diferenciações produzidas por seus achados, despontaram discursos que tentam naturalizar a inferioridade da mulher, reforçando papéis sexuais normativos, patologizando determinadas identidades e desejos e, assim, justificando desigualdades culturais e históricas. A partir da década de 1970, contudo, essa configuração androcêntrica, sexista e heteronormativa da Psicologia seria continuamente interrogada pela crítica feminista.

Diversas autoras e autores, tais como Nogueira (2001, 2012, 2017), Saavedra e Nogueira (2006), e Prehn e Hüning (2005, p. 65), argumentam sobre “[...] o impacto que os

pressupostos do Movimento Feminista têm causado na produção teórica da psicologia, provocando uma revisão de suas metodologias e conceitos e levando a uma nova abordagem científica [...] de análise das relações entre as mulheres e os homens”. Embora não seja consenso na literatura, o Movimento Feminista pode ser dividido temporalmente em ‘ondas’ contínuas para sua apreensão histórica⁷, sendo possível a identificação e distinção de pelo menos três ondas: a primeira, situada no final do século XIX até os anos de 1960; a segunda, até meados dos anos de 1980; e a terceira onda, a partir da década de 1990, onda que se encontra atualmente em curso e, por vezes, referenciada como ‘pós-feminismo’.

Aos poucos ‘invadindo’ as várias áreas do conhecimento científico, as críticas feministas geraram uma perspectiva epistemológica alternativa às Ciências que atendessem aos seus pressupostos, isto é, que não fosse androcêntrica, sexista ou heteronormativa: a ‘epistemologia feminista’ (Harding, 1986; Nogueira, 2001, 2012, 2017; Narvaz & Koller, 2006, p. 139), ainda que mais “[...] apropriado seria falar em epistemologias e metodologias, no plural, uma vez que [na perspectiva feminista] não há uma só forma de produção do conhecimento, mas várias, a partir de diferentes teorias”.

Contudo, neste artigo, adere-se ao termo ‘epistêmico’ no lugar de ‘epistemologia’ feminista, pois epistemologia alude ao processo de construção de critérios e bases do conhecimento científico (Harding, 1986; Souza, 2017), enquanto epistêmico se volta mais para a problematização que os Feminismos podem causar às Ciências e, no caso, à Ciência psicológica, interrogando-a, fazendo-a rever-se e procurar por alternativas metodológicas e conceituais.

As críticas feministas à Ciência surgem apenas em meados dos anos de 1970, em meio ao curso da segunda onda do Movimento Feminista, em que, na Ciência em geral, “[...] assim como nas ciências sociais, e mais tarde na psicologia, as reivindicações feministas e as críticas à família, à opressão feminina e ao estatuto de subalternização das mulheres tiveram repercussões importantes, quer no nível da pesquisa, quer no das diferentes teorias” (Nogueira, 2012, p. 48). Para a filósofa estadunidense Sandra Harding (1986), as críticas feministas à Ciência moderna podem ser classificadas a partir de três posicionamentos epistêmicos: o ‘empiricismo feminista’, as teorias de ‘*standpoint* feminista’ e o ‘feminismo pós-modernista’ (Nogueira, 2001, 2012, 2017), classificação que, permanecendo atual, é continuamente citada na produção feminista⁸.

Em concomitância ao surgimento das críticas feministas à Ciência durante a segunda onda, estabelecia-se conceitualmente a categoria social de gênero – num primeiro momento, apenas para distinção entre sexo (biológico) e gênero (social) –, aderida pelas feministas em suas investigações sobre as opressões enfrentadas pelas mulheres e, posteriormente, expandida para também contemplação da diversidade sexual e de gênero. Incorporado por teorias feministas e autoras(es) com diversas afiliações teóricas, gênero passaria a ser manipulado em uma pluralidade de perspectivas, propondo-se a ele diversas roupagens e, portanto, diversos conceitos de gênero, o que o fez dispor de diferentes orientações teóricas, de acordo com a teoria que o tem como ‘pano de fundo’. Com a

⁷ A apresentação do Movimento Feminista em ondas é uma escolha narrativa, visto que não há consenso na literatura sobre a organização do movimento dessa forma e a qual é questionada por outras narrativas (Prehn & Hüning, 2005; Nogueira, 2017).

⁸ A classificação de Harding (1986) acerca das epistemes feministas, que fundamenta e é retomada ao longo deste artigo, é uma escolha epistemológica e teórica nossa. Porém, cabe evidenciar que existem outras maneiras de realizar essa leitura no âmbito da epistemologia feminista, as quais, inclusive, produzem interlocução dentro da leitura que Harding apresenta, desde feminismos marxistas, decoloniais, negros, *queers* e outros. Tais alternativas podem ser consultadas, por exemplo, em Schiebinger (2001) e Sardenberg (2007).

classificação mencionada das críticas feministas à Ciência (Harding, 1986; Nogueira, 2012, 2017), oriundas das várias teorias feministas produzidas, pode-se ressaltar que gênero pode ser orientado a partir das epistêmicos feministas empiristas, das de *standpoint* ou das pós-modernistas.

Voltando-se à classificação fornecida por Harding (1986), a primeira categoria refere-se ao feminismo empirista, que identifica e denuncia o sexismo, o androcentrismo e a heteronormatividade presentes na ciência moderna, porém não questiona seus pressupostos ou metodologias. No feminismo *standpoint*, questionam-se tanto essas iniquidades como sua decorrência pelo uso dos métodos e princípios da Ciência moderna, assumindo uma “[...] perspectiva diferenciada e específica de gênero: as mulheres são encaradas como a base primordial de toda a pesquisa. Pensam que um conhecimento verdadeiramente feminista, centrado nas experiências únicas das mulheres, pode produzir melhores facetas da realidade” (Nogueira, 2012, p. 49). Harding (1986), no entanto, argumenta que apesar desse potencial crítico, o feminismo *standpoint* partilha de um conhecimento universal e generalizável ao grupo ‘mulher’, assumindo uma postura ‘essencializadora’. O gênero, segundo as perspectivas empirista e *standpoint*, é tido como permanente e estável, por isso essencialista. Já as teorias pós-modernistas têm críticas à Ciência mais radicais que as duas anteriores, visto que recusam discursos universalizantes ou adquiridos a partir de quaisquer pressupostos modernos. O gênero, com essa perspectiva, não se refere a um fenômeno inato, mas que é construído cultural, histórica e socialmente.

As teorias de Piaget e Kohlberg, oriundas da Psicologia do Desenvolvimento Moral, campo demarcado pelo projeto moderno de Ciência, também geraram interpretações androcêntricas e sexistas sobre o desenvolvimento humano. Essas teorias, e o projeto de Ciência que representam, foram rebatidas pelas críticas feministas em seus três posicionamentos epistêmicos (Gilligan, 1982; Miller & Scholnick, 2000; Montenegro, 2003; Nogueira, 2017; Burman, 2019), auxiliando-as a repensarem suas fundamentações e metodologias, sendo a advinda da psicóloga estadunidense Carol Gilligan (1936-atualmente), colaboradora de Kohlberg nos estudos que ele desenvolveu na década de 1970, a crítica mais difundida e de vanguarda.

Gilligan (1982) foi a primeira a identificar o androcentrismo e sexismo presente nas teorias de Piaget e Kohlberg, assim como em diversas outras teorias psicológicas do desenvolvimento. Em seu referido livro, enquanto o ‘desenvolvimento da criança’ universal que relata é construído sobre a experiência masculina, Piaget (1994, p. 69) dedicou dois verbetes para tratar das meninas participantes de seu estudo, nos quais enfatiza que elas “[...] têm o espírito jurídico muito menos desenvolvido que os meninos [...]” e que são “[...] mais tolerantes e mais facilmente satisfeitas com as inovações [...] e é nisso que podemos considerá-las como menos preocupadas com a elaboração jurídica” (Piaget, 1994, p. 73).

Já Kohlberg (2017) fundamentou sua teoria numa amostra restrita ao público masculino para validá-la como universal – composta por 84 meninos brancos de classe média e idade entre 10, 13 e 16 anos moradores de Chicago, Estados Unidos – e, na aplicabilidade da teoria, nos estudos que desenvolveu nas décadas de 1960 e 1970, concluiu que as mulheres apresentam um desempenho deficitário em relação aos homens, com juízos morais oriundos de níveis e estágios inferiores.

Em seu livro *Uma voz diferente*, publicado em 1982, Gilligan apresenta essas críticas a Piaget e Kohlberg sobre o uso da experiência masculina como regra e, ainda, relata uma investigação feita apenas com mulheres, cujos resultados contrapõem-se à compreensão de que as mulheres não atingem níveis ou estágios superiores do desenvolvimento moral.

Para Gilligan (1982), com base nos resultados que encontrou, as mulheres partem de uma estrutura de raciocínio moral distinta dos homens, a qual prioriza o cuidado e bem-estar do outro, que nomeia de 'Ética do cuidado', logo, o problema estaria na teoria de Kohlberg, então centrada apenas na racionalidade e na justiça, e não nas mulheres.

A partir da crítica de Gilligan, erige-se um programa de que deu continuidade às suas proposições e, ao mesmo tempo, abertura para novas críticas e em outras abordagens, como explanado por Harding (1986) sobre o desenvolvimento dos vários posicionamentos epistêmicos da crítica feminista à Ciência. Ademais, a resposta de Kohlberg às críticas de Gilligan, e suas respectivas réplicas e tréplicas, geraram um dos grandes debates científicos da segunda metade do século XX, que ficou conhecido como 'debate Kohlberg-Gilligan', o qual reconstituímos em trabalho anterior (Silva, 2021).

Contemporâneas de Kohlberg (2017), as críticas de Gilligan (1982) fizeram com que o autor admitisse limites de abrangência da teoria, revisitasse alguns de seus aspectos e metodologia, ainda que tenha continuado a rejeitar a trajetória de desenvolvimento moral pela Ética do Cuidado de Gilligan (Silva, 2021). E embora de inegável contribuição, a crítica de Gilligan (1982) e sua proposta de Ética do Cuidado possibilitaram a difusão de ideias essencialistas sobre a moralidade, das quais se tira a interpretação, por exemplo, de que o cuidado é natural às mulheres (Montenegro, 2003; Nogueira, 2012, 2017; Silva & Souza, 2022).

Para Nogueira (2017, p. 81, grifo do autor), "[...] a postura de Gilligan é essencialmente de epistemologia *standpoint* feminista, centrada nas mulheres e também por isso essencialista". Aponta-se, também, para críticas mais contemporâneas providas de outros programas de pesquisa e perspectiva epistêmica, como a epistêmico pós-moderna da psicóloga inglesa Erica Burman (2019, p. 275, tradução nossa), ainda que ela mesma admita que, no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento Moral, "[...] o debate de Gilligan permanece amplamente influente". Segundo Nogueira (2012, 2017), os conflitos que as críticas feministas causaram, sejam de quaisquer posicionamentos epistêmicos, podem ser considerados benéficos e libertadores para a Ciência, possibilitando descolamentos e revisões, inclusive para a Psicologia em seus diversos campos de estudo.

Logo, interessa-nos, aqui, os descolamentos e revisões provocados pelas epistemologias feministas, se e quando eles acontecem, no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, no momento em que as pesquisas desse campo tratam do conceito de gênero. Também não se sabe se essas pesquisas, ao abordarem o gênero, interrogam as teorias morais das quais fazem uso pelas epistêmicas feministas, nem se elas são interrogadas para além da epistêmica de Gilligan. Portanto, foi com relação ao reconhecimento, organização e inteligibilidade dessa produção, sobretudo nesses aspectos de abordagem do gênero e de revisão epistêmica, que a pesquisa da qual o presente artigo decorre se atentou.

Seu objetivo foi reunir, mapear e analisar a produção internacional de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral em periódicos de língua inglesa, que tem o gênero como tema no período de 1982 a 2019. Para alcançá-lo, a metodologia foi criteriosamente definida e planejada, utilizando-se das técnicas metodológicas de 'estado da arte' (Ferreira, 2002) para reunir e mapear a produção pertinente, e 'meta-pesquisa' (Tello & Mainardes, 2015), para analisar o conteúdo dos materiais reunidos e mapeados pelo estado da arte.

Para este artigo, tendo em vista a impossibilidade de produzir uma discussão que abrangesse todos os resultados alcançados, decidiu-se apresentar os resultados obtidos com a análise do conteúdo dos artigos mapeados quanto à perspectiva feminista do gênero e seu respectivo posicionamento epistêmico. Os demais resultados encontrados com a

pesquisa foram reservados a outras produções, já publicadas (Silva, 2020, 2021) e em fase de publicação. Dessa forma, delimitada sua abrangência, este artigo tem como objetivo identificar, nessa produção mapeada, a presença e o tipo de perspectiva epistêmica feminista sobre o gênero. A seguir, descrevem-se o processo de reunião e mapeamento da produção investigada, que gerou um instrumento de pesquisa contendo 52 referências de materiais (artigos) que interseccionam gênero e desenvolvimento moral como tema de pesquisa, e os caminhos seguidos para a análise do conteúdo dos artigos.

Metodologia

O percurso metodológico adotado para o mapeamento desejado foi aquele possibilitado pela técnica de estado da arte, porque se quis investigar a produção em si, levantar os materiais (no caso, artigos) que a constituem e organizá-los de modo a saber sua progressão ao longo do período temporal delimitado e de outras variáveis consideradas.

Segundo Ferreira (2002, p. 258), as pesquisas denominadas de estado da arte têm, em comum, “[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições”. Na metodologia do estado da arte, entra-se em contato com o conteúdo da produção levantada e busca-se saber o estado da produção em determinado período. A relação entre os materiais, principalmente acerca da variável ‘tempo’, é a principal preocupação do estado da arte. Por isso, consideramos mais apropriado utilizar o estado da arte para o mapeamento da produção e, quanto à análise de seu conteúdo, eleger outra técnica metodológica.

Para a implementação do estado da arte, o período delimitado escolhido para essa investigação foi o de 1982 a 2019, referente ao ano de publicação do livro de Gilligan (1982), *Uma voz diferente*, e ao ano anterior à conclusão da pesquisa. Além disso, a partir desse livro, gênero passou a ser tratado como tema nessas pesquisas, antes abordado apenas como variável. Em razão disso, Gilligan é reconhecida como pioneira em trazer o debate de gênero, não mais como uma mera variável à Psicologia do desenvolvimento moral e por inaugurar todo um programa de pesquisa que o intersecciona como tema de investigação. Abordar gênero como tema é tê-lo como objeto central na investigação realizada, enquanto tê-lo como variável e considerá-lo em determinado momento ao longo da pesquisa, geralmente no cruzamento de resultados empíricos com o perfil da amostra participante, não sendo, porém, o objeto central da investigação.

Para o levantamento dos artigos, foram consultadas quatro bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Journal Storage* (JSTOR), Portal de Periódicos da CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). As estratégias de busca aplicadas nessas bases, onze estratégias no total, foram definidas com a junção de descritores concernentes ao tema de desenvolvimento moral com o descritor ‘gênero’, utilizando-se para isso o operador booleano ‘AND’. O levantamento se deu com o esgotamento das buscas em cada uma das bases consultadas. O quadro 1 a seguir apresenta o registro de todos os resultados, com quais estratégias de busca e em cada base de dados que foram encontrados, bem como mostra os descritores que constituíram cada estratégia de busca.

Quadro 1 Resultados das buscas nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Journal Storage* (JSTOR), Portal de Periódicos da CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) segundo as estratégias de busca definidas.

Estratégia de busca (descritores e operador booleano AND)	Quantidade de resultados encontrados				
	BVS	CAPE S	JSTO R	SciEL O	Total
1 Moral development and gender	02	20	05	0	27
2 Developmental psychology and gender	0	07	0	0	07
3 Psychology of moral development and gender	0	0	0	0	0
4 Moral psychology and gender	0	01	01	0	02
4 Piaget and gender	01	01	0	0	02
5 Kohlberg and gender	0	01	01	0	02
7 Carol Gilligan and gender	0	03	03	0	06
8 Carol Gilligan and care ethics	01	0	0	0	01
9 Care ethics and gender	07	02	0	0	09
10 Moral theory and gender	0	0	03	0	03
11 Moral judgments and gender	03	11	04	0	18
Total	14	46	17	0	77

Fonte: O autor.

Embora tenham sido encontrados 77 resultados em todas as buscas, muitos desses resultados se repetiram, além dos que não interseccionam gênero e moralidade terem sido descartados, o que se fez a partir da leitura dos resumos dos artigos. Ao final dessa seleção, foram 52 artigos diferentes encontrados (N = 52). Depois de localizados, recuperados e reunidos, os 52 artigos foram organizados em um instrumento de pesquisa (Silva, 2019 – Apêndice I deste artigo), sendo mapeados segundo autoria, ano e periódico de publicação e outras variáveis pertinentes. Em síntese, não sendo o foco deste artigo relatar esse mapeamento, constataram-se a escassez dessa produção e a predominância de autorias e periódicos estadunidenses.

A relação de trabalhos encontrados é apresentada no quadro 2.

Quadro 2: Artigos internacionais de língua inglesa da produção em Psicologia do Desenvolvimento Moral, de 1982 a 2019, que tem o gênero como tema

0	Year	Author	Title
1	1982	Flanagan, Owen J.	Virtue, sex, and gender: some philosophical reflections on the moral psychology debate
2	1983	Broughton, John M.	Women's rationality and men's virtues: a critique of gender dualism in Gilligan's theory of moral development
3	1983	Reimer, Michele Smith	Gender differences in moral judgment: the state of the art
4	1984	Myer, Kathleen A.; Hensley, J. Higgins	Cognitive style, gender, and self-report of principle as predictors of adult performance on Piaget's water level task
5	1984	Pratt, Michael W.; Golding, Gail; Hunter, William J.	Does morality have a gender? sex, sex role, and moral judgment relationships across the adult lifespan
6	1984	Reimer, Michele Smith	Gender differences in moral judgment: implications for clinical practice

7	1985	Lifton, Peter D.	Individual differences in moral development: The relation of sex, gender, and personality to morality
8	1987	Flanagan, Owen J.; Jackson, Kathryn.	Justice, care, and gender: the Kohlberg-Gilligan debate revisited
9	1987	Sayers, Janet	Freud revisited: on gender, moral development, and androgyny
10	1988	Donenberg, Geri; Hoffman, Lois	Gender differences in moral development
11	1989	Boldizar, Janet P.; Wilson, Kenneth L.; Deemer, Deborah Kay	Gender, life experiences, and moral judgment development: a process-oriented approach
12	1992	Condon, E. H.	Nursing and the caring metaphor: gender and political influences on an ethics of care
13	1992	Sharpe, Virginia A.	Justice and care: the implications of the Kohlberg-Gilligan debate for medical ethics
14	1993	Lobel, Thalma E.; Menashri, Judith	Relations of conceptions of gender-role transgressions and gender constancy to gender-typed toy preferences
15	1993	Nadelson, Carol C.	Ethics, empathy, and gender in health care
16	1993	Silberman, Margaret A.; Snarey, John.	Gender differences in moral development during early adolescence: the contribution of sex-related variations in maturation
17	1994	Krebs, Dennis L.; Vermeulen, Sandra C.; Denton, Kathy L.; Carpendale, Jeremy I.	Gender and perspective differences in moral judgment and moral orientation
18	1994	Miles, Ann	Helping out at Home: Gender Socialization, Moral Development, and Devil Stories in Cuenca, Ecuador
19	1994	Wertz, Dorothy C.	Provider gender and moral reasoning: the politics of an "Ethics of Care"
20	1995	Daniels, Judy; D'andrea, Michael; Heck, Richard	Moral development and Hawaiian youths: does gender make a difference?
21	1995	Hammer, Ruth Ellen; Hoffer, Nancy; King, William L.	Relationships among gender, cognitive style, academic major, and performance on the Piaget water-level task
22	1995	Keefer, Matthew Wilks; Olson, David R.	Moral reasoning and moral concerns: an alternative to Gilligan's gender based hypothesis
23	1995	Levy, Gary D.; Taylor, Marianne G.; Gelman, Susan A.	Traditional and evaluative aspects of flexibility in gender roles, social conventions, moral rules, and physical laws
24	1996	Carlo, Gustavo; Koller, Silvia H.; Eisenberg, Nancy; Da Silva, Marcia S.; Frohlich, Claudia B.	A cross-national study on the relations among prosocial moral reasoning, gender role orientations, and prosocial behaviors
25	1996	Garmon, Lance C.; Basinger, Karen S.; Gregg, Virginia R.; Gibbs, John C.	Gender differences in stage and expression of moral judgment
26	1996	Wark, Gillian R.; Krebs, Dennis L.	Gender and dilemma differences in real-life moral judgment
27	1997	Bernardi, Richard A.; Donald, Donald F.	An examination of moral development within public accounting by gender, staff level, and firm
28	1997	Morrison, N. K.; Severino, S. K.	Moral values: development and gender influences
29	1999	White, Richard D. Jr.	Are women more ethical? Recent findings on the effects of gender upon moral development.
30	2000	Gump, Linda S.; Baker, Richard C.; Roll, Samuel	Cultural and gender differences in moral judgment: a study of Mexican Americans and Anglo-Americans

31	2001	Eisenberg, Nancy; Zhou, Qing; Koller, Silvia	Brazilian adolescents' prosocial moral judgment and behavior: relations to sympathy, perspective taking, gender-role orientation, and demographic characteristics
32	2001	Glover, Rebecca J.	Discriminators of moral orientation: gender role or personality?
33	2001	Theimer, Christine E.; Killen, Melanie; Stangor, Charles.	Young children's evaluations of exclusion in gender-stereotypic peer contexts
34	2002	Kracher, Beverly; Chatterjee, Abha; Lundquist, Arlene R.	Factors Related to the cognitive moral development of business students and business professionals in India and the United States: nationality, education, sex and gender
35	2003	Mcgillicuddy-De Lisi, Ann V.; Sullivan, Brigid; Hughes, Mary Beth	The effects of interpersonal relationship and character gender on adolescents' resolutions of moral dilemmas
36	2005	Klofft, Christopher P.	Gender and the process of moral development in the thought of Paul Evdokimov
37	2005	Meadows, Sarah O.; Land, Kenneth C.; Lamb, Vicki L.	Assessing Gilligan vs. Sommers: gender-specific trends in child and youth well-being in the United States, 1985-2001
38	2007	Nunner-Winkler, Gertrud; Meyer-Nikele, Marion; Wohlrab, Doris	Gender Differences in Moral Motivation
39	2008	Kracher, Beverly; Marble, Robert P.	The significance of gender in predicting the cognitive moral development of business practitioners using the sociomoral reflection objective measure
40	2009	Levenson, Michael R	Gender and wisdom: the roles of compassion and moral Development
41	2010	Cesur, Sevim; Topçu, Mustafa Sami	A reliability and validity study of the Defining Issues Test: the relationship of age, education, gender and parental education with moral development
42	2011	Mathieson, Kay; Banerjee, Robin	Peer play, emotion understanding, and socio-moral explanation: the role of gender
43	2011	Steele, Natan; Branson, Leonard.; Martin, Rachel. C.	The moral minority: impact of gender, education, work experience and age on moral development in business students
44	2013	Burgos-Saelzer, Cecilia Beatriz	Nursing care from the perspective of ethics of care and of gender
45	2014	Bouhnik, Dan; Mor, Deshen.	Gender differences in the moral judgment and behavior of Israeli adolescents in the internet environment
46	2014	Reitinger, Elisabeth; Heimerl, Katharina	Ethics and gender issues in palliative care in nursing homes: an Austrian participatory research project
47	2015	Wang, Liz C.; Calvano, Lisa	Is business ethics education effective? an analysis of gender, personal ethical perspectives, and moral judgment
48	2017	Capraro, Valerio; Sippel, Jonathan	Gender differences in moral judgment and the evaluation of gender-specified moral agents
49	2018	Hodson, Nathan	A care ethics approach to the Gender Kidney Donation Gap Hodson
50	2019	González-Álvarez, Julio; Cervera-Crespo, Teresa	Gender differences in sexual attraction and moral judgment: research with artificial face models
51	2019	Hartman, Laura; Widdershoven, Guy; Vries, Annelou De; Wensing-Kruger, Annelijn; Heijer, Martin Den; Steensma, Thomas; Molewijk, Bert	Integrative clinical ethics support in gender affirmative care: lessons learned
52	2019	Raghuram, Parvati	Race and feminist care ethics: intersectionality as method

Fonte: O autor.

Finalmente, para a análise do conteúdo dos artigos, recorreu-se a outra técnica metodológica que guiasse essa análise. A técnica adotada dessa vez foi a meta-pesquisa, que consiste em “[...] observar analiticamente o processo de pesquisa presente em artigos, livros, teses, dissertações, etc., em termos de análise de conteúdo” (Tello & Mainardes, 2015, p. 166). Sendo indicada para ‘pesquisas que avaliam pesquisas’, essa técnica tem sua potencialidade em desvelar “[...] características, tendências, fragilidades e obstáculos para o desenvolvimento de um campo ou temática de pesquisa. Em geral, abrange a análise de aspectos teórico-epistemológicos, metodologias, estilos de argumentação, nível de coerência interna, reflexividade ética etc.” (Mainardes, 2018, p. 306).

Esse autor (2018) também considera que a meta-pesquisa pode abarcar três dos aspectos que compõem uma pesquisa, dependendo do foco que for delineado: a teoria, o método e os dados/resultados, o que a configuraria, respectivamente, como uma ‘meta-teoria’, ‘meta-método’ ou ‘meta-análise’. Visto que a proposta deste artigo é analisar a incorporação do gênero na produção mapeada, se dispõe de uma perspectiva feminista e, caso a tenha, qual seu posicionamento epistêmico, isso o evidencia principalmente com uma proposta e abrangência de análise de meta-teoria.

Assim, na realização da meta-pesquisa, realizaram-se análises individuais dos materiais, a partir da ‘leitura sistemática’ (Tello & Mainardes, 2015) de todo seu conteúdo sob um olhar fundamentado na literatura consultada. Então, após a sua leitura, produziu-se um relatório textual com a descrição do conteúdo de cada artigo, junto às constatações possibilitadas pela análise empregada durante a leitura. Na análise, primeiro buscou-se identificar se o gênero é abordado sob uma perspectiva feminista crítica e, quando fosse, identificar qual posicionamento epistêmico essa abordagem se referia, assim como quando não dispunha dessa perspectiva, qual era a sua perspectiva teórica, se por uma perspectiva normatizadora ou qualquer outra.

Além disso, como apresentado na introdução do artigo, consideramos, por perspectiva feminista, qualquer posicionamento epistêmico feminista que os artigos trazem ao abordar gênero e, por perspectiva feminista ‘crítica’, o posicionamento feminista de epistêmico pós-moderna, por este ser mais radical que as demais epistemologias, e ao qual nos filiamos teoricamente (Souza, 2017; Silva & Souza, 2022).

Feito isso, os resultados obtidos com essa análise individual foram reunidos em categorias respectivas às suas perspectivas e epistêmicos feministas, categorias que se apresentam a seguir.

Resultados e discussão

Ainda que os resultados obtidos com o estado da arte não sejam o foco deste artigo, cabe pontuar a escassez, em termos de volume de produção, revelada pelo mapeamento. Distribuindo os 52 artigos segundo seu ano de publicação, a produção teve uma média de quase 2 artigos por ano, com seu ápice em meados da década de 1990, chegando a 4 artigos por ano, mas sem relação ascendente ou descendente a longo prazo. Em revisão de somente estudos empíricos sobre Psicologia e moralidade, Ellemers et al. (2019) encontraram 1.278 artigos em inglês no período de 1940 a 2017. Dessa forma, inferiu-se que a produção de pesquisa sobre moralidade, quando aborda gênero como tema, é periférica no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, em termos de volume de produção.

Adentrando nos resultados obtidos com a meta-pesquisa, primeiro, verificou-se a forma como o gênero é incorporado nas pesquisas desse campo, de modo a saber como está relacionado com o desenvolvimento moral. Quase na sua totalidade, as investigações

veiculadas nos artigos abordavam o gênero a partir da questão das diferenças de gênero no desenvolvimento moral. Essas diferenças referiram-se, sobretudo, ao desempenho de homens e mulheres, resgatando o debate Kohlberg-Gilligan para verificação empírica, utilizando instrumentos para avaliação do desenvolvimento moral ou discussão teórica dessa questão. Dos artigos que abordavam gênero de outra maneira, sendo esses 3 do total (N = 52), gênero não foi relacionado diretamente às teorias morais de Piaget e Kohlberg.

A partir disso, procurou-se saber se o gênero, quando foi abordado nos artigos, dispôs de uma perspectiva feminista crítica ou não, dividindo a produção em dois principais agrupamentos: gênero fundamentado em perspectivas feministas e em não-feministas. Quando gênero dispôs de perspectiva feminista, para saber qual seu posicionamento epistêmico segundo a classificação fornecida por Harding (1986), analisaram-se a discussão produzida nos artigos e as teorias e autoras(es) feministas que referenciam, que se associam a alguma das epistêmicas feministas.

Os 52 artigos analisados foram, então, classificados nos referidos dois agrupamentos, o primeiro de artigos que não apresentam uma perspectiva feminista, que se denominou 'Não há perspectiva explícita ou declarada', e o segundo de artigos que a apresentam. Esse segundo agrupamento se dividiu em três subgrupos, que concerne à classificação de Harding (1986): 'Perspectiva epistêmica empiricista', 'Perspectiva epistêmica *standpoint*' e 'Perspectiva epistêmica pós-moderna'.

Dos artigos do primeiro grupo, o que se percebeu, e contrariamente ao que se esperava, é que as investigações, mesmo abordando o gênero, não apresentam qualquer fundamentação teórica mais consistente para a manipulação que fazem de seu conceito. Foram 27 artigos, que corresponderam a 52% do total da produção (N = 52). O que se esperava era que, caso os artigos não atribuíssem uma fundamentação feminista ao gênero, fundamentassem-no, pelo menos, com alguma perspectiva normatizadora ou, até mesmo, patologizante, por meio de teorias de gênero não feministas, sendo que perspectivas desse tipo se afirmaram historicamente na Psicologia e em outras áreas, como Biologia, Neurociência, Psiquiatria e outras (Scott, 1995).

Quanto ao segundo grupo, distinguindo os artigos em subgrupos relativos às três epistêmicas descritas por Harding (1986), 11 artigos corresponderam à perspectiva epistêmica empirista, sendo 21% do montante total de artigos (N = 52). Em 06 desses artigos, gênero foi fundamentado a partir da teoria do Esquema de Gênero (*Gender Schema Theory*) da psicóloga estadunidense Sandra Bem (1974), sendo eles Pratt, Golding e Hunter (1984), Sayers (1987), Glover (2001), Kracher, Chatterjee e Lundquist (2002), Nunner-Winkler, Meyer-Nikele, e Wohlrab (2007), e Kracher e Marble (2008). Já o artigo de Nunner-Winkler, Meyer-Nikele e Wohlrab (2007) também se fundamentou na teoria do Papel Social (*Social Role Theory*) da psicóloga estadunidense Alice Eagly (1997), enquanto Kracher, Chatterjee e Lundquist (2002) referenciam a psicóloga estadunidense Rhoda Kesler Unger. Em contrapartida, Keefer e Olson (1995), Wark e Krebs (1996), McGillicuddy-De Lisi, Sullivan e Hughes (2003), Bouhnik e Mor (2014) e Wang e Calvano (2015) não citam alguma autora ou teoria que pudesse fundamentar a perspectiva epistêmica empiricista que dão ao gênero em seus artigos. Assim, discerniu-se que o conceito de gênero que fazem uso se enquadra nessa perspectiva feminista pelas características de suas investigações e pela maneira como se referiram ao gênero. Nesses artigos se citou a discussão de Gilligan sobre as diferenças de gênero, mas que serviu apenas de 'pano de fundo' para a investigação empírica que retratam, que seguiu o empiricismo feminista.

Sobre a teoria de Bem (1974, p. 155, tradução nossa, grifo nosso)⁹, ela foi elaborada pela autora no final da década de 1960, que popularizou essa perspectiva epistêmica, e propôs a “androginia” como nova identidade: “[...] masculinidade e feminilidade como duas dimensões independentes, possibilitando assim caracterizar uma pessoa como masculina, feminina ou ‘andrógena’ em função da diferença entre seu endosso de características de personalidade masculina e feminina”. Apesar de seu aparente potencial crítico, que propõe uma integração da dualidade psicológica e cultural, as críticas à teoria desvelam insuficiências, pois também reconhece estereótipos cultural e historicamente construídos de feminilidade e masculinidade, retendo o clássico binarismo de gênero e reafirmando as diferenças de gênero em traços de personalidade.

Já a teoria de Eagly (1997), de mesma epistêmica, surge ainda na década de 1970 e propõe que as diferenças de gênero são resultado da assunção de papéis sociais que regulam o comportamento das pessoas e que são aprendidos ao longo do processo de socialização. Também alvo de várias críticas, essa teoria e suas proposições “em relação ao gênero trouxeram novas visões, mas também implicaram outros e os mesmos problemas, além de não resolverem os já existentes [...]. Em termos práticos, o gênero continua a ser visto como interno e imutável” (Nogueira, 2001, p. 141).

Para Harding (1986, p. 26, tradução nossa, grifo nosso)¹⁰, essas críticas à Bem (1974) e Eagly (1997) desvelam incongruências características da epistêmico que representam: “[...] as tentativas feministas de repensar o que é percebido como ‘má ciência’ trazem à nossa atenção profundas incoerências lógicas e o que, paradoxalmente, podemos chamar de inadequações empíricas nas epistemologias empiristas”. Sendo a epistêmico mais referenciada nos artigos junto a epistêmico de *standpoint*, esse é um resultado coerente, pois, como ressalta Nogueira (2012, p. 50), o feminismo empirista é, ainda hoje, o mais predominante na Psicologia, surgido quando mulheres, com suas pautas feministas, adentraram nessa Ciência e, “[...] para serem aceitas, a maioria escolheu imitar as abordagens da psicologia que foram defendidas por seus pares masculinos”. Assim, essa epistêmico é a única das três que não questiona o paradigma tradicional de produção do conhecimento científico.

No subgrupo seguinte, a perspectiva epistêmica caracterizada foi a de *standpoint* feminista. Assim como na epistêmica anterior, foram 11 artigos atribuídos a esse subgrupo, o que correspondeu a 21% do total de artigos (N = 52). Nele, a teoria de Gilligan (1982) apareceu referenciada em todos os artigos: Flanagan (1982), Broughton (1983), Reimer (1983), Reimer (1984), Flanagan e Jackson (1987), Donenberg e Hoffman (1988), Daniels, D’andrea e Heck (1995), Levenson (2009), Burgos-Saelzer (2013), Capraro e Sippel (2017), Hodson (2018). Também foram referenciadas autoras que deram continuidade à teoria gilliganiana, a psicóloga estadunidense Nona Lyons (1983) e a filósofa estadunidense Nel Noddings (2013), ambas de perspectiva *standpoint*, sendo Lyons citada em 3 artigos, em Flanagan e Jackson (1987), Daniels, D’andrea e Heck (1995) e Donenberg e Hoffman (1988), e Noddings citada apenas em Flanagan e Jackson (1987). A socióloga e psicanalista estadunidense Nancy Chodorow (1991), também de perspectiva *standpoint*, que foi referência para Gilligan no desenvolvimento de sua teoria, é citada em 3 artigos: Broughton (1983), Reimer (1983) e Flanagan e Jackson (1987). Em alguns artigos, a

⁹ “[...] masculinity and femininity as two independent dimensions, thereby making it possible to characterize a person as masculine, feminine, or ‘androgynous’ as a function of the difference between his or her endorsement of masculine and feminine personality characteristics”.

¹⁰ “[...] feminist attempts to reform what is perceived as bad science bring to our attention deep logical incoherences and what, paradoxically, we can call empirical inadequacies in empiricist epistemologies”.

fundamentação de gênero aparece mais explícita, enquanto em outros se verifica apenas a referência à teoria de Gilligan, muitas vezes descontextualizada, em que só se pôde discernir a perspectiva epistêmica que atribuem ao conceito de gênero, além da citação de uma teoria que a representa, pelas características das investigações retratadas nos artigos e maneira como se referiram ao gênero.

Lyons (1983) é uma autora que foi colaboradora de Gilligan na década de 1980, e hoje encontra-se afastada do campo da moralidade. Noddings (2013) deu continuidade à Ética do Cuidado de Gilligan, mas propôs adaptações à proposta original gilliganiana: “Noddings defende a proposta de uma ética do cuidado em detrimento de uma ética de princípios, ao contrário do que é sugerido por Gilligan por meio da noção de complementaridade” (Kuhnen (2010, p. 155), e acentua ainda mais o essencialismo de gênero, assumindo uma perspectiva moral tipicamente feminina e uma outra masculina.

As leituras de Chodorow (1991) na psicanálise sobre as relações parentais na infância e seus efeitos sobre a identidade de gênero é acionada por Gilligan (1982). Tanto para Freud como para Chodorow (1991), as relações parentais na infância implicam em como homens e mulheres se desenvolverão. Para Chodorow, porém, em razão do relacionamento da criança com sua principal cuidadora – que defende ser, ‘naturalmente’, a mãe ou outra figura feminina –, pelo menos até seus primeiros três anos de vida, desencadeiam-se consequências diferentes ao psiquismo do menino e da menina, o que, no entendimento de Gilligan, levaria as mulheres a apresentarem uma perspectiva moral própria, que preza o bem-estar alheio, e aos homens a apresentarem a moralidade fundada na racionalidade e justiça, defendida por Kohlberg (2017). As críticas à essa teoria de Chodorow remontam as críticas à perspectiva epistêmica que ela representa.

Como salienta Nogueira (2001, p. 114), o *standpoint* feminista é uma alternativa importante à epistêmico empiricista, pois questiona princípios fundamentais do modelo moderno de Ciência, “[...] esta abordagem distancia-se da ênfase de procura de objetividade e neutralidade característica da abordagem empiricista. Os estudos centram-se nas próprias mulheres, produzindo conhecimento [...] centrado nas experiências particulares [...]” e a teoria de Gilligan é o “[...] expoente máximo característico desta posição [epistêmica]”. Contudo, muitas(os) autoras(es) associadas(os) a essa epistêmico feminista, “[...] pretendiam indiretamente desafiar a validade tradicional dos métodos científicos [...]”, só que acabaram, frequentemente, “[...] por celebrar a natureza especial das mulheres e, por isso, enfatizar mais do que negar importantes diferenças entre os sexos” (p. 144). Assim, mesmo que, no caso de Gilligan, haja a crítica à inexistência das mulheres nas amostras de pesquisa iniciais de Kohlberg e o baixo desempenho delas no desenvolvimento moral, o que Gilligan e demais autoras de *standpoint* feminista fazem é apenas inverter a lógica essencialista, só que agora em benefício das mulheres (Montenegro, 2003).

O último subgrupo se referiu à perspectiva epistêmica pós-moderna. Foram 03 artigos atribuídos a esse subgrupo, correspondendo a 6% da produção (N = 52). Talvez em razão da diversidade de teorias feministas que compartilham desse posicionamento epistêmico, foram várias as teorias citadas nesses artigos. Como já se esperava, a teoria de Gilligan foi referenciada nos três artigos, enquanto suas continuadoras Joan Tronto (1999) e a já mencionada Noddings (2013) foi citada no artigo de Raghuram (2019), e Virginia Held, também continuadora de Gilligan, foi citada tanto em Raghuram (2019) quanto em Sharpe (1992). Sandra Harding (1986) e Catharine MacKinnon são citadas em Sharpe (1992) e Wertz (1994). Das demais autoras feministas citadas, Judith Butler, Patricia Hill Collins, Linda McDowell e Carol Thomas, são mencionadas em Raghuram (2019). Já Sharpe (1992) cita um número maior de autoras, sendo elas Annette Baier, Cass

R. Sunstein, Julia A. Sherman, Evelyn Torton Beck, Joyce McCarl, Nielsen Deborah Tannen, Seyla Benhabib. E, por último, Wertz (1994) cita as autoras Susan Sherwin, Rachel T. Hare-Mustin, Jeanne Marecek, Zella Luria, e Martha T. Mednick. Dada a impossibilidade de debruçarmo-nos em todas elas, ressalta-se que a maioria dessas autoras, sobretudo com exceção de Gilligan e continuadoras, são autoras de teorias ou apresentam afiliações teóricas de epistêmico pós-moderna, que os três artigos se fundamentam ao abordarem o gênero.

O feminismo pós-moderno nasce a partir da chamada crise da segunda onda do Movimento Feminista, ocorrida na década de 1980, que deu origem à terceira onda do movimento. Essa crise foi desencadeada por diferentes frentes e as teorizações feministas com base no paradigma pós-moderno logo dominaram os estudos feministas e de gênero, como ressalta Souza (2017).

O paradigma pós-moderno traz, como principal premissa, a incerteza para o conhecimento científico, bem como a desconfiança sobre os modos de como produzi-lo: “[...] talvez a ideia mais importante das perspectivas pós-modernas seja a negação da procura da verdade universal e absoluta” (Nogueira, 2001, p. 144). E é nessa premissa que se baseia a diferenciação terminológica, que adotamos neste artigo, de epistemologia para epistêmico. Ao contrário dos feminismos empiricista e de *standpoint*, o feminismo pós-moderno não busca o status de melhor modo de pensar feminista ou mesmo uma epistemologia mais adequada às mulheres, pois querer a hegemonia é controlar o pensamento, é ocupar o lugar do dominador (Harding, 1986; Souza, 2017).

O gênero, pensado a partir da terceira onda do Movimento Feminista e, portanto, por teorias de epistêmico pós-moderna, tem seu conceito desconstruído em relação a como era conceituado pelos Feminismos das ondas anteriores. Antes, o gênero “[...] era definido a partir do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica, como se existisse uma essência naturalmente masculina ou feminina inscrita na subjetividade [...]”, desse modo, “[...] revisada a ideia binária de dois sexos e dois gêneros, o gênero passou a ser entendido como relação, primordialmente política, que ocorre em um campo discursivo e histórico de relações de poder” (Narvaz & Koller, 2006, p. 650).

A perspectiva epistêmica feminista pós-moderna, segundo Nogueira (2012, p. 49), “[...] vai mais longe no que diz respeito ao desafio aos pressupostos do empiricismo feminista e das teorias de *standpoint* feminista [...]”, pois recusa quaisquer discursos universalizantes e generalizáveis acerca da mulher, e ainda argumenta que: “[...] em vez de se optar pelo caráter do conhecimento como um resultado final e uma lei universal [...]”, sem que seja possível “[...] descortinar o processo nem a sua localização no mundo, os conhecimentos situados são uma proposta epistemológica de localização e de consideração da contextualidade do conhecimento, no quadro da sua própria produção”.

Vale enfatizar que, nessa organização dos artigos em categorias, atentou-se aos aspectos teóricos desses artigos, especificamente quanto à incorporação do gênero, quais as teorias de gênero recorridas para sustentá-lo e quais as epistêmicas feministas que essas teorias representam. Com essa análise, percebe-se que, ao abordarem o desenvolvimento moral e o gênero simultaneamente, foram pouquíssimos os artigos que fundamentaram o gênero com outra perspectiva que não empiricista ou de *standpoint*. Não foram encontrados artigos que compartilhem perspectivas epistêmicas feministas críticas pós-modernas, que desconstruíssem, ou ao menos interrogassem, as bases epistemológicas nas quais as teorias morais foram construídas.

Na verdade, o que se viu, majoritariamente, foi a interrogação das implicações do constructo de desenvolvimento moral kohlbergiano sobre diferenças de gênero –

desempenho de homens e mulheres – pelas ideias de Gilligan (1982). Ora interrogando a teoria kohlberguiana a partir da epistêmico feminista *standpoint* representada por Gilligan, ora partindo das ideias de Gilligan apenas como ‘pano de fundo’ e se fundamentando na epistêmico empiricista. Embora a perspectiva epistêmica do trabalho de Gilligan seja de *standpoint*, contemporânea a ela, a perspectiva empirista também “invadiu” as pesquisas que procuravam esclarecer o debate Kohlberg-Gilligan.

Considerações finais

A pesquisa da qual este artigo decorre pôde reunir, mapear e analisar artigos internacionais de língua inglesa que abordam gênero e moralidade como tema. O mapeamento, pelo estado da arte, demonstrou que, sendo periférica, essa produção carece de mais investigações que realizem essa intersecção. Considerado o período de 1982-2019, a produção desponta desde a publicação do livro *Uma voz diferente* de Gilligan (1982), com seu pico na década de 1990, mas declínio nos anos seguintes.

Quanto à análise do conteúdo dos artigos pela meta-pesquisa, observou-se que, quase em sua totalidade, as investigações veiculadas nos artigos abordam o gênero a partir da questão das diferenças de gênero no desenvolvimento moral, resgatando o debate Kohlberg-Gilligan tanto para verificação empírica quanto para discussão teórica. Foram poucas as exceções que abordaram o gênero de outra forma. A fundamentação do gênero, por sua vez, dividiu-se em dois principais grupos: gênero fundamentado a partir de perspectivas feministas e não feministas.

O primeiro grupo, constituído por 27 artigos, correspondeu a 52% do total da produção (N = 52), enquanto o segundo grupo foi dividido em subgrupos de acordo com as epistêmicos das teorias nas quais os artigos se fundamentam. 11 artigos corresponderam à perspectiva epistêmica empiricista e outros 11 artigos à perspectiva epistêmica de *standpoint*, sendo cada subgrupo representando 21% do montante total. Apenas três artigos compreenderam a perspectiva epistêmica pós-moderna, 6% dessa produção.

Não foram encontrados artigos em que a perspectiva epistêmica feminista pós-moderna desconstruísse, ou ao menos interrogasse, as bases epistemológicas nas quais as teorias morais de Piaget e Kohlberg foram construídas, a não ser pela de Gilligan, que se mostra limitada para isso. Aponta-se, desse modo, para a consolidação, passados quase 40 anos da publicação de seu livro, da ruptura epistêmica provocada por Gilligan (1982), então pioneira e vanguardista no campo.

E essas investigações, que abordam o gênero a partir das epistêmicos feministas empiricista e *standpoint*, prolongaram-se por toda a década de 1980 até a década de 1990, mesmo em meio à eclosão e consolidação da terceira onda do Movimento Feminista, em que as teorizações pós-modernas dominaram a produção feminista e renovaram a literatura sobre gênero. Até mesmo a partir da década de 2000, não há muitas referências a teorias feministas pós-modernas ou a outro modo de se interrogar as teorias morais que não pelo debate das diferenças de gênero. Ainda assim, com o declínio dessas pesquisas de 2000 em diante, infere-se que essa descontinuidade pode ter relação tanto pela superação de perspectivas feministas como a de *standpoint* de Gilligan quanto pelo fato do debate Kohlberg-Gilligan permanecer inconcluso, como pontua Silva (2021), aludindo à essa sua insuficiência.

Ao longo dos 37 anos do período temporal delimitado, não se viu, portanto, a progressão desse debate do ponto de vista do potencial crítico das teorizações feministas pós-modernas e das rupturas epistêmicas que poderiam trazer ao campo.

De todos os resultados alcançados com a pesquisa, talvez este seja o resultado que mereça mais destaque. Enquanto, no campo da Psicologia Social, por exemplo, autoras e autores indicam que houve esse tipo de avanço, a Psicologia do Desenvolvimento Moral parece resistir a revisões epistêmicas que rompam com suas origens epistemológicas, como ressaltam Oliveira e Madureira (2014), Souza (2017), Burman (2019) e como nossa pesquisa trouxe dados que atestam essa inferência.

Num movimento de perspectivas críticas feministas que se aliam à revisões amplas sobre os modos de fazer Ciência, que ressaltam perspectivas situadas e superação de dicotomias e reducionismos sobre os processos de investigação dos objetos de pesquisa, parece que a produção reunida, mapeada e analisada indicou que o debate Kohlberg-Gilligan, que se arrasta inconclusivo à androginia contemporânea, não se sustenta mais, apesar do reconhecimento da importância crucial do seu trabalho como crítica à dominação masculinista da Psicologia do Desenvolvimento Moral. As diferenças encontradas na moralidade a partir de perspectivas de gênero fundamentadas na binaridade (homem-mulher) e na essencialidade (corporal-cisgênera) não são suficientes para dar conta da complexidade das relações e dos processos psicológicos envolvidos que dão vazão ao desenvolvimento moral.

Referências

- Bem, S. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42(2), 155-162. <https://doi.org/10.1037/h0036215>
- Biaggio, A. M. B. (2007). *Psicologia do desenvolvimento* (19a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Burman, E. (2019). *Decostructing the developmental psychology* (3rd ed.). London: Routledge.
- Chodorow, N. (1991). *Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Eagly, A. (1997). Sex differences in social behavior: comparing social role theory and evolutionary psychology. *American Psychologist*, 52(12), 1380-1383. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.52.12.1380.b>
- Ellemers, N., Toorn, J. V., Paunov, Y., & Leeuwen, T. (2019). The psychology of morality: a review and analysis of empirical studies published from 1940 through 2017. *Personality and Social Psychology Review*, v. 23(4), 332-366. <https://doi.org/10.1177/1088868318811759>
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272. <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>
- Franzi, J., & Araújo, U. F. (2013). Novos aportes na psicologia moral: a perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento. *Revista NUPEM*, 5(8), 53-67, 2013. <https://doi.org/10.33871/nupem.v5i8.185>
- Freitas, L. B. (2003). *A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado*. São Paulo: Cortez.
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta* (Nathanael C. Caixeiro, trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

- Harding, S. (1986). *The science question feminism*. Cornell University Press.
- Kohlberg, L. (2017). Resolving, moral conflicts within the just community. In C. G. Harding. *Moral dilemmas and ethical reasoning* (pp. 71-98). London: Routledge.
- Kuhnen, T. A. (2010). A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios: divergências entre Carol Gilligan e Nel Noddings. *ethic@*, 9(3), 155-168. <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2010v9n3p155>
- La Taille, Y. (2007). Desenvolvimento humano: contribuições da psicologia moral. *Psicologia: USP*, 18(1), 11-36. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v18n1/v18n1a02.pdf>
- Miller, P. H., & Scholnick, E. K. (2000). *Toward a feminist developmental psychology*. Londres: Routledge.
- Mainardes, J. (2018). Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. *Educar em Revista*, 34(72), 303-319. <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/59762/37201>
- Montenegro, T. (2003). Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Estudos Feministas*, 11(2), 493-508. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200008>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>
- Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-153. <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/618>
- Nogueira, C. (2012). O gênero na psicologia social e as teorias feministas: dois caminhos entrecruzados. In F. T. Portugal & A. M. Jacó-Vilela (Eds.), *Clio-psyché: gênero, psicologia, história* (pp. 43-67). Rio de Janeiro: NAU.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires.
- Oliveira, M. C. S. L.; Madureira, A. F. A. (2014). Gênero e psicologia do desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero. *Labrys*, 26, 70-79,
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança* (Elzon Lenardon, trad.). São Paulo: Summus.
- Prehn, D., & Hüning, S. (2005). O movimento feminista e a psicologia. *Psicologia Argumento*, 23(42), 65-71. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20101>
- Saavedra, L., & Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127. <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.pdf>
- Sardenberg, C. (2007). Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *Estudos*

Feministas, 16(1), 207-228.

Schiebinger, L. (2001). O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Silva, M. E. F. (2020). Carol Gilligan e a ética do cuidado na produção de pesquisa em psicologia do desenvolvimento moral de três programas de pós-graduação stricto sensu (2008-2019). Schème, 12(1), 166-204. <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2020.v12n1.p167-205>

Silva, M. E. F. (2021). Afinal, o que foi o debate Kohlberg-Gilligan? Schème, 13(1), 4-40. <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2021.v13n1.p4-40>

Silva, M. E. F., & Souza, L. L. (2022). Perspectivas feministas contemporâneas na obra “Uma voz diferente” de Carol Gilligan (1936-): reconhecimentos, críticas e necessidade de expansão da proposta gilliganiana. Schème, 14(esp.), 145-178. <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2022.v14.esp.p145-178>

Souza, L. L. (2017). Epistemes feministas e a psicologia do desenvolvimento: percursos na pesquisa sobre gêneros, sexualidades e juventudes (Tese de Livre-Docência). Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis.

Tello, C., & Mainardes, J. (2015). Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. Praxis Educativa, 10(1), 153-178. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i1.0007>

Disponibilidade de dados: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio artigo.

Recebido em: 05/08/2021

Aprovado em: 07/02/2023